

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANTROPOLOGIA A

1º semestre



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

<i>Ministro do Estado da Educação</i>	Fernando Haddad
<i>Secretário de Educação Superior</i>	Ronaldo Mota
<i>Secretário da Educação a Distância</i>	Carlos Eduardo Bielschowsky
<i>Secretária de Educação Especial</i>	Claudia Pereira Dutra

Universidade Federal de Santa Maria

<i>Reitor</i>	Clóvis Silva Lima
<i>Vice-Reitor</i>	Felipe Martins Muller
<i>Chefe de Gabinete do Reitor</i>	João Manoel Espina Rossés
<i>Pró-Reitor de Administração</i>	André Luis Kieling Ries
<i>Pró-Reitor de Assuntos Estudantis</i>	José Francisco Silva Dias
<i>Pró-Reitor de Extensão</i>	João Rodolfo Amaral Flores
<i>Pró-Reitor de Graduação</i>	Jorge Luiz da Cunha
<i>Pró-Reitor de Planejamento</i>	Charles Jacques Prade
<i>Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa</i>	Helio Leães Hey
<i>Pró-Reitor de Recursos Humanos</i>	João Pillar Pacheco de Campos
<i>Diretor do CPD</i>	Fernando Bordin da Rocha

Coordenação de Educação a Distância

<i>Coordenadora de EaD</i>	Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso
<i>Vice-Coordenadora de EaD</i>	Roseclea Duarte Medina
<i>Coordenador de Pólos</i>	Roberto Cassol
<i>Gestão Financeira</i>	José Orion Martins Ribeiro

Centro de Ciências Sociais e Humanas

<i>Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas</i>	Rogério Ferrer Koff
<i>Coordenador do Curso de Sociologia</i>	João Vicente da Costa Lima

Elaboração do Conteúdo

<i>Professor pesquisadora/conteudista</i>	Guilherme Rodrigues Passamani
---	-------------------------------

Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC

Coordenador da Equipe Multidisciplinar

Carlos Gustavo Matins Hoelzel
Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso
Rosiclei Aparecida Cavichioli Laudermann
Sílvia Helena Lovato do Nascimento
Ceres Helena Ziegler Bevilaqua
André Krusser Dalmazzo
Edgardo Gustavo Fernández

Desenvolvimento da Plataforma

Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

Gestão Administrativa

Lígia Motta Reis

Gestão do Design

Flávia Cirolini Weber

Designer

Evandro Bertol

ETIC - Bolsistas e Colaboradores

Orientação Pedagógica

Elias Bortolotto
Fabrício Viero de Araujo
Gilse A. Morgental Falkembach
Leila Maria Araújo Santos

Revisão de Português

Maísa Augusta Borin
Sílvia Helena Lovato do Nascimento

Fotografias

João Fernando Zamberlan
Toshio Nishijima

Ilustração e Diagramação

Camila Rizzatti Marqui
Evandro Bertol
Flávia Cirolini Weber
Helena Ruiz de Souza
Lucia Cristina Mazetti Palmeiro
Ricardo Antunes Machado

Suporte Técnico

Adílson Heck
Cleber Righi

SUMÁRIO

unidade 1

DOS PRIMEIROS PASSOS AO EVOLUCIONISMO	5
1. Antropologia – Cultura ou sociedade? Metodologias e linhas gerais	5
2. A noção de “eu” e “outro”: questões preliminares.....	8
3. A abordagem evolucionista: Spencer, Morgan.....	10
4. A principiante antropologia britânica (Fraser, Tylor).....	13
5. As teorias racialistas.....	15

unidade 2

A ESCOLA FUNCIONALISTA	19
1. A contribuição de Émile Durkheim	19
Os fatos Sociais	19
Sociedade e Indivíduo.....	20
A divisão do trabalho social: Solidariedade Mecânica e Solidariedade orgânica.....	20
2. A contribuição de Marcel Mauss.....	21
O ensaio sobre a dádiva	21
Sistema Polinésio.....	22
Sistema Potlatch.....	22
3. Malinowski e sua influência no pensamento antropológico.....	23
4. O funcionalismo na obra de Malinowski e Franz Boas.....	25
5. A perspectiva funcionalista dos britânicos.....	28
6. A etnografia como método: limites e vantagens	31
As Ciências Sociais podem apenas observar os fenômenos. NÃO podem reproduzi-los.....	31
O Método antropológico: a Etnografia	32
O pioneirismo de Malinowski	32

unidade 3

A ESCOLA ESTRUTURAL – FUNCIONALISTA	34
1. Radcliffe-Brown: vida e obra. O conceito de sistema social	34
2. Radcliffe-Brown e os conceitos de estrutura e função	36
Estrutura Social	37
3. Evans-Pritchard e as tribos africanas	39
Sobre Os Nuer	39
Sobre os Sistemas Políticos Africanos.....	40
4. Avaliação final.....	42

unidade 1

DOS PRIMEIROS PASSOS AO EVOLUCIONISMO

1. ANTROPOLOGIA – CULTURA OU SOCIEDADE? METODOLOGIAS E LINHAS GERAIS

Primeiramente, cabe a nós situar a Antropologia como uma ciência social e humana e, a partir deste pressuposto, diferenciá-la das chamadas ciências naturais ou biológicas. No entanto, fica a seguinte questão: Qual a finalidade desta distinção? As ciências naturais estudam fatos simples, situações de fácil entendimento das causas e de fácil isolamento. Assim, podemos notar certa constância nos eventos analisados pelas ciências naturais e, desta forma, são facilmente submetidos a testes para a comprovação das teorias formuladas.

A pesquisa em laboratórios apresenta uma condição de objetividade, elemento crucial na formulação de saberes científicos. O cientista natural pode, através de exemplos, chegar a conclusões a respeito de um determinado comportamento de ratos ao analisá-los em laboratório. Suas conclusões podem ser facilmente testadas e tomadas como verdade científica a partir da repetição de resultados semelhantes.

Por outro lado, as ciências sociais estudam fenômenos complexos, com causas e fatores tão variados que se torna impossível determinar, pelo menos, as variáveis que atuam em um determinado comportamento. O objeto de estudo das ciências sociais são eventos com determinações complicadas e que são influenciados pelos mais diversos fatores como o ambiente, o significado social da ação, as relações criadas entre os que interagem e atribuições dadas por eventos passados.

Seria impossível, mesmo apresentando todas as condições possíveis, repetir um fenômeno social. Por mais que se tente recriar um evento social usando os mesmos atores, objetos, ambiente e as mais diversas condições, o fato não se repetirá da mesma forma. Assim, as ciências sociais não podem ser testadas para chegar a conclusões dotadas de valores imutáveis. Roberto DaMatta exemplifica a complexidade do estudo das ciências sociais de uma forma bem precisa:

Mesmo quando o sujeito está apenas desejando realizar uma ação aparentemente inocente e basicamente simples, como o ato de comer um bolo. Pois um bolo pode ser comido porque se tem fome e pode ser comido por motivos sociais e psicológicos: para demonstrar solidariedade a uma pessoa ou grupo, para comemorar certa data (como ocorre num aniversário), para revelar que o bolo feito por mamãe é melhor que o bolo feito por D. Yolanda, para indicar que se conhecem bolos, para justificar certa atitude e, ainda, por todos esses motivos juntos. (DAMATTA, Roberto, *Relativizando – Uma introdução à Antropologia Social*, Editora Rocco, 1987, pp. 18)

Assim, notamos dificuldade em estabelecer uma motivação única, ou as causas determinantes das ações humanas e sociais. Da mesma forma, é muito difícil estabelecer previsões de comportamento futuro ou da forma de agir de um determinado indivíduo ou grupo social, diferentemente das ciências naturais em que se busca a determinação das possíveis repetições do fenômeno estudado.

Nas ciências sociais estudamos o que nos é próximo, outra diferença crucial aos estudos da natureza. Ou seja, um cientista natural que estuda plantas pode compreender suas formas de reprodução, adaptação ao ambiente, diferenças de espécies; entretanto, esse conhecimento nunca será contestado por seu objeto e este nunca mudará o seu comportamento devido a isso. Já o cientista social, que analisa formas de ações humanas, pode ser contestado e as suas conclusões podem interferir na forma que determinada sociedade ou cultura se comporta.

Feita a diferenciação entre as ditas ciências naturais das ciências sociais cabe a nós focar o que nos interessa neste momento. A Antropologia, que é ramo das ciências sociais, apresenta um vasto campo de pesquisa. Como objeto de pesquisa podemos compreender o alvo de análise do cientista. Para um estudioso do comportamento dos indígenas de determinada tribo, temos como objeto as formas de comportamento destes.

Assim, de forma sintética, podemos situar o saber antropológico como o estudo da diferença. Dentro dessa concepção, existem terminologias próprias que precisam ser consideradas, que diferem da noção do senso comum e interferem de forma absoluta na interpretação destes conhecimentos.

Primeiramente, tentarei distanciar a noção de sociedade e cultura, apesar destas, em alguns campos da Antropologia, apresentarem diferenças muito sutis. Como sociedade, podemos nos referir a uma totalidade de indivíduos que vivam de forma ordenada e atuam de forma coletiva, ou seja, um grupo de sujeitos com, no mínimo, alguns fins semelhantes e que através da união buscam a concretização destes.

Outro ponto a ser considerado a respeito da sociedade é a constância organizacional que esta apresenta, ou seja, o fato de seguir em uma linha temporal sem grandes alterações em sua totalidade. Por outro lado, a existência de uma organização social não coloca a dita sociedade em uma tradição histórica e também não a faz ser singular e única se comparada a outras comunidades.

Assim, temos o papel da cultura, que tem função de dar uma identidade própria e consciente para se fazer parte de uma dada sociedade. Da cultura fazem parte os valores morais, as regras de comportamento conscientes, as quais a sociedade segue e se identifica. A noção de cultura em uma dada sociedade implica um estado de consciência da convivência social:

Um exemplo simples tornará mais claro o que digo: posso ver uma sociedade de formigas em funcionamento. Mas formigas não falam e não produzem obras de arte que marquem diferenças entre formigueiros específicos. Em outras palavras, embora a ação das formigas modifique o ambiente – sabemos que elas são, em muitos casos, uma praga – esse ambiente é modificado sempre do mesmo e com uso das mesmas matérias químicas, caso se trate da mesma espécie de formigas. Essa constância e uniformização diante do tempo permite que se explicita um primeiro postulado importante: entre as formigas (e outros animais sociais) existe sociedade, mas não existe cultura. (DAMATTA, Roberto, *Relativizando – Uma introdução à Antropologia Social*, Editora Rocco, 1987, pp. 18)

A Antropologia, como qualquer outra ciência, apresenta métodos próprios de análise de seus objetos e necessita de uma neutralidade, por parte do pesquisador, para chegar à verdade científica. Neste sentido, é necessário diferenciar alguns conceitos para facilitar as leituras posteriores dentro do ramo de Antropologia.

Segundo Lévi-Strauss, existem três noções distintas que podem ser tomadas como etapas na construção do saber antropológico. Primeiramente, temos a etnografia que corresponde à coleta de dados, diretamente na cultura estudada, através de observação e de descrição. É fundamental ao pesquisador “ir a campo”, ou seja, se deslocar até o local onde a sociedade se desenvolve para observar suas ações e assim construir seu relato etnográfico.

Em segundo lugar, temos a construção da etnologia. Esta consiste nas primeiras conclusões a respeito da cultura estudada, sendo uma fase de construção do saber antropológico. E, por fim, encontramos a Antropologia em si, que se baseia nas conclusões etnográficas e etnológicas para que sejam construídas verdades científicas acerca da cultura estudada.

Existem algumas ferramentas que o antropólogo deve lançar mão para garantir a neutralidade de seu trabalho. Os primeiros estudos antropológicos baseavam as suas conclusões em comparações e, a seguir, sua metodologia foi refutada pelos teóricos ditos relativistas. Estas correntes serão tratadas com maior cuidado ao longo do curso.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma Introdução a Antropologia Social
LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**
ROGNON, Frédéric. **Os Primitivos, Nossos Contemporâneos**

2. A NOÇÃO DE "EU" E "OUTRO": QUESTÕES PRELIMINARES

A partir da nossa construção de valores e tradições, adquirimos certas maneiras de agir específicas. Respeitamos características próprias do "eu", do "nosso" e em contrapartida vemos características do "outro" com estranhamento. É impossível uma situação nova e que nos é estranha, se comparada aos nossos valores, não nos causar choque. Entretanto, a valoração de forma depreciativa das peculiaridades do "outro" pode ser encarada como etnocêntrica.

Como uma espécie de pano de fundo da questão etnocêntrica temos a experiência de um choque cultural. De um lado, conhecemos um grupo do "eu", o "nosso" grupo, que come igual, veste igual, gosta de coisas parecidas, conhece problemas do mesmo tipo, acredita nos mesmos deuses, casa igual, mora no mesmo estilo, distribui o poder da mesma forma, empresta à vida significados em comum e procede, por muitas maneiras, semelhantemente. Aí, então, de repente, nos deparamos com um "outro", o grupo do "diferente" que, às vezes, nem sequer faz coisas como as nossas ou quando as faz é de forma tal que não reconhecemos como possíveis. E, mais grave ainda, este "outro" também sobrevive à sua maneira, gosta dela, também está no mundo e, ainda que diferente, também existe. (ROCHA, Evererardo Guimarães, O que é Etnocentrismo, Editora Brasiliense, 1988, pp. 8)

Cada cultura tem suas noções próprias de comportamento, forma de conduta, valores morais. Elas parecem estranhas a partir da observação por alguém que não participe da cultura dada. As ações individuais e/ou sociais não podem ser entendidas vistas fora do contexto em que se inserem. Elas fazem parte de uma cultura como um todo e só podem ser compreendidas pela ótica do contexto que fazem parte.

Cabe ao antropólogo a análise dos costumes a partir da visão da própria cultura estudada, caso contrário pode cair em uma compreensão etnocêntrica. Podemos entender o etnocentrismo como o julgamento de uma cultura dada a partir de pressupostos e valores da sociedade que o observador faz parte através de comparações. A visão etnocêntrica considera a sua própria visão, seus valores, seus tipos de comportamentos de forma única, ou seja, não consegue pensar acerca da diferença.

O princípio dos estudos antropológicos marca uma visão de análise de culturas diferentes da sociedade de outrem. Os primeiros teóricos da Antropologia analisavam apenas sociedades distantes das que viviam. Desta forma, a noção tida pelo senso comum, a respeito dos campos de estudo da Antropologia, seria a visão de um estudo de sociedades passadas ou distantes, como os índios. O trabalho do antropólogo é muitas vezes confundido com a tarefa do arqueólogo que estuda vestígios do passado para analisar uma evolução até o tempo presente.

A primeira corrente antropológica baseou sua visão em uma noção de evolução social e cultural única, defendendo a idéia de que o percurso histórico de todas as culturas aconteceu de forma semelhante. Afirmam ainda que a evolução se dá a partir de um caminho único para todas as sociedades. Desta forma, a escola evolucionista, nome dado a essa corrente de pensamento, estuda apenas sociedades diferentes das quais o antropólogo pertence e, a partir de valores sociais desta, faz a análise da sociedade estudada.

A partir da coleta de dados sobre a cultura, tirados de relatórios de viajantes e não se propondo a estudar fisicamente a sociedade, o antropólogo evolucionista faz comparações com a sua cultura e, dessa forma, monta uma linha evolutiva em que a sociedade "atrasada" deve evoluir a ponto de se tornar como a sua. Por esse motivo, essa corrente é chamada de "antropologia de gabinete", pois o cientista não precisa se deslocar até o local estudado para inferir características a respeito da cultura formada lá. Para os evolucionistas, também chamados de comparativistas, o trabalho de campo não é necessário. Esta corrente de pensamento, através da compreensão de noção cultural única, tenta formular leis gerais para explicar a evolução da cultura como um todo.

Em contraponto à visão etnocêntrica da escola evolucionista, surge a visão relativista. Esta defende uma análise de comportamentos a partir dos valores da cultura estudada. Ela parte do estudo dos valores culturais, considerando a sociedade em si e parte dos valores sociais agregados à sociedade por ela mesma e não fazendo comparações com a sua cultura. Não há uma linha de evolução única e sim diferentes caminhos pelos quais as sociedades percorrem no seu decorrer histórico.

Um dos ramos de estudos antropológicos é chamado de etnologia, que baseia o seu conhecimento na interpretação de culturas distintas a do pesquisador. Os estudos etnológicos podem também ser chamados de Antropologia Cultural. Esta tradição de pensamento não busca a explicação conceitual de cultura, mas tem como objetivo a explicação de uma cultura dada e construída. Ao considerar a corrente evolucionista, notamos uma análise valorativa a partir da cultura do cientista. Já o conhecimento relativista considera apenas os valores da cultura estudada.

Dessa forma podemos traçar um paralelo entre a tarefa do antropólogo cultural e do arqueólogo. A Arqueologia, através da busca de objetos, ferramentas, vestígios do passado, analisa culturas não mais existentes.

Por outro lado, a Antropologia Cultural estuda sociedades distintas da que o pesquisador faz parte, mas que ainda não se encontram extintas. A etnologia não se baseia apenas em análise de resquícios do passado, mas também nas diferenças culturais que apresentam as sociedades "não-civilizadas". Como civilização, que

é um termo de difícil uso dentro das ciências sociais, podemos definir como uma ocidentalização cultural, ou seja, valores incorporados pela sociedade de uma maneira colonialista e etnocêntrica.

O cientista social Franz Boas marca a Antropologia ao afirmar que o objeto de estudo desta são as diferenças entre culturas, contrapondo a idéia de cultura única defendida pelos teóricos evolucionistas.

Para ele (Boas) havia pouca esperança de descobrir leis universais de funcionamento das sociedades e das culturas humanas e ainda menos chance de encontrar leis gerais da evolução das culturas.”(CUCHE, Denys, A noção de cultura nas ciências sociais, Editora EDUSC, 2002, pp. 42)

Os pensadores relativistas consideram os fatores culturais a partir de um contexto social que não recebe interferência externa. Deve se abster de qualquer juízo de valor próprio. Desta forma, notamos uma diferença entre a noção de “eu” e “outro”, entretanto esta diferenciação não se dá de maneira hierárquica.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é Etnocentrismo**

DAMATTA, Roberto. **Relativizando:** Uma Introdução a Antropologia Social

3. A ABORDAGEM EVOLUCIONISTA: SPENCER, MORGAN

O evolucionismo é uma escola de pensamento que, ao longo do século XIX, se desenvolveu influenciada pelas ideias do século XVIII. São pensamentos referentes à evolução biológica dos seres humanos, presente nas teorias de Darwin e no colonialismo etnocêntrico que permeava o pensamento ocidental. As ideias desta escola permearam a maior parte do início da antropologia clássica, com teóricos de fundamental importância para o seu surgimento e posterior concretização, teóricos tais como: Lewys Henry Morgan e o filósofo social Herbert Spencer, cada qual a seu modo.

Com a similaridade de significados relativa ao evolucionismo e o termo progresso, o evolucionismo passa a ser o pensamento preponderante no início do século XIX. Segundo esta escola, que se baseava na máxima redução de todas as diferenças culturais em simples escalas históricas, partiriam todos os seres humanos, da mesma escala primária, de selvagens, não ocidentalizados, e chegariam todos a uma escala evoluída, complexa e civilizada, reflexo do progresso. Este processo ocorreria de maneira unilinear, sempre ascendente, embora com trajetos e tempos diferenciados para

cada sociedade chegar ao nível de uma sociedade civilizada. A diversidade de culturas existentes seria apenas questão de tempo, pois, ao final, todos partilhariam da mesma cultura: única, legítima e etnocêntrica, fundamentada na imagem do homem ocidental.

O primeiro autor que fazemos referência, quando se fala em evolucionismo, é quem popularizou o termo “evolução”: **HERBERT SPENCER**. Filósofo positivista de origem inglesa que, muito antes do também inglês Charles Darwin (autor da obra *Origem das espécies*), já tinha dado início à teoria da “lei do mais forte”. Baseava-se na natureza para a formulação de leis relativas ao desenvolvimento humano e ordenamento do mundo, utilizando observações, coleta de dados, classificação por tipologias e posteriores constatações generalistas (que explicariam de uma maneira simplificada distintos problemas). Categoricalmente, ele tinha posse de um pensamento racional e determinista, que influenciou vários outros pensadores tanto nas ciências humanas quanto nas exatas. Defendia o progresso unilinear para todas as sociedades que é a hipótese central da linha de pensamento em questão.

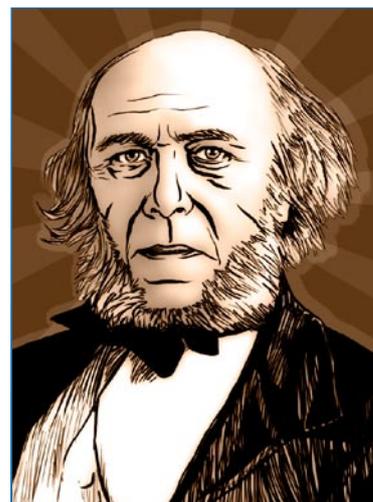
Em suas obras, Spencer discorre sobre vários temas, dentre eles a análise e comparação da forma de organização de algumas sociedades guerreiras, coletivas, simples e, deste modo, mais igualitárias. Também as sociedades industriais, urbanas, complexas e baseadas primordialmente no individualismo e cooperação recíproca, com interesses particulares. Para ele, a industrialização era o reflexo da evolução rumo à sociedade civilizada que os homens estavam trilhando.

Outro expoente da teoria evolucionista dentro das ciências humanas foi **LEWYS HENRY MORGAN** (1818–1881). Segundo este, a evolução cultural seria obrigatória e inevitável, pois todos os seres humanos eram iguais biologicamente (o animal homem). Chegariam a um desenvolvimento igual apenas contando com caminhos e escalas de tempo diferentes.

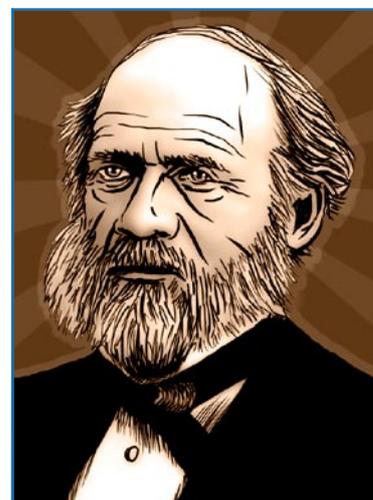
Havia uma procura por leis evolutivas para a sociedade, pois a cultura era entendida como natural e biológica sujeita, portanto, a mutações, adaptações e progressos, que fariam parte da então “evolução cultural”.

Como a humanidade foi uma só na origem, sua trajetória tem sido essencialmente uma, seguindo por canais diferentes, mas uniformes, em todos os continentes, e muito semelhante em todas as tribos e nações da humanidade que se encontram no mesmo status de desenvolvimento (Morgan, *A sociedade antiga*. 1877).

Morgan tinha um contato restrito com os povos que serviam de objeto para suas análises, apesar de publicar relatos repletos de detalhes sobre estes povos. Ao fazer uma divisão que reflete a linha de pensamento presente em toda sua obra, ele passa a distinguir as seguintes fases hierárquicas no desenvolvimento social de



Herbert Spencer



Lewys Henry Morgan

uma sociedade: os selvagens que eram basicamente caçadores (situados no subnível inferior), coletores caracterizados por conhecer o poder do fogo, bem como da pesca e reconhecimento de frutas (subnível inferior-médio). A barbárie caracterizada pela prática da cerâmica (subnível inferior), a agricultura (subnível médio) e a capacidade de utilização do ferro (subnível superior). O último estágio é o da civilização quando atinge grau máximo de desenvolvimento cultural, surgindo o alfabeto e conseqüentemente a escrita.

O antropólogo em atividade nesta conjuntura era um profissional que priorizava por uma definição de termos, pensamento e formulação de leis que regresassem a evolução e a compreensão da "cultura" (acreditavam que apenas uma cultura era existente). Esta seria a popularizada "antropologia de gabinete", onde os antropólogos não precisariam necessariamente ir a campo, entender a língua falada e os costumes apresentados, bastava ter ao seu alcance informações de informantes que repassassem relatos etnográficos de confiança para posterior análise.

O evolucionismo cultural deixou resquícios de sua forma de pensamento, utilizada até hoje por alguns pensadores e escolas que a ele dão continuidade (apesar das modificações relativas ao contexto espacial-temporal estudado) e, também, legou ideias presentes até os dias de hoje, presentes no senso comum e seu imaginário.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 2002.

CASTRO, Celso (2005) **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/herbert-spencer-307364.shtml>

4. A PRINCIPANTE ANTROPOLOGIA BRITÂNICA (FRASER, TYLOR).

Pertencentes à clássica antropologia britânica, já vista no capítulo anterior, James George Frazer (1854-1941) e Edward Burnett Tylor (1832-1917) são, juntamente com Lewis Henry Morgan (1818-1881), dois dos principais teóricos da principiante ciência antropológica. Contribuíram de diferentes maneiras, métodos, conceitos e análises, dando um suporte para continuidade dos estudos antropológicos e concretização da antropologia como ciência, bem como da cultura como objeto de análise.

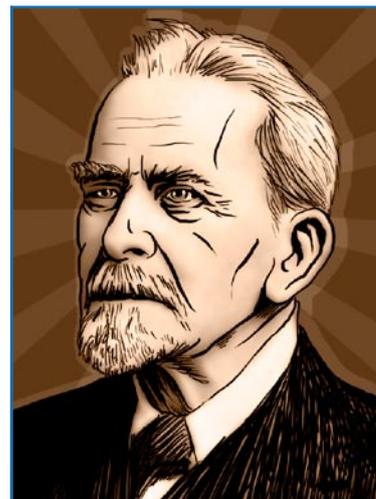
JAMES GEORGE FRAZER, escocês, admirador e amigo de Robert Spencer, foi um dos principais teóricos do evolucionismo cultural, escola já antes apresentada, que acreditava em uma evolução gradual do homem selvagem para o civilizado.

(...) Um selvagem esta para um homem civilizado assim como uma criança esta para um adulto, e, exatamente como o crescimento gradual da inteligência de uma criança corresponde ao crescimento gradual da inteligência da espécie. (James Frazer, O escopo da antropologia social-1908).

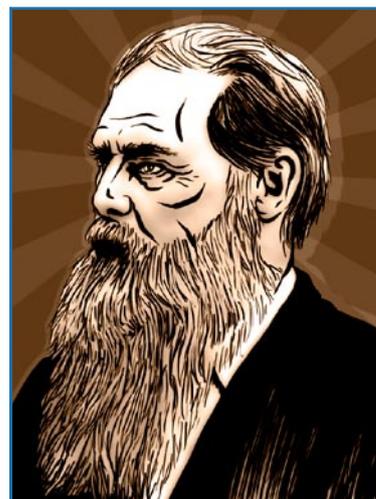
Autor que se tornou célebre na antropologia e que influenciou, de forma crucial, uma série de grandes pensadores de diversas áreas do conhecimento, dentre eles Bronislaw Malinowski. Em 1890, Frazer publica "O Ramo de Ouro" (conhecido também como "O Ramo Dourado"). Esta grande obra, dividida em dois grandes volumes em sua primeira edição e contendo 800 páginas, principia a relação entre o poder político e o religioso presentes em diversas sociedades e explica a razão destes dois elementos serem de fundamental importância no estudo antropológico. Investigou as origens míticas, as superstições e a fé através de pesquisas e coleta de materiais (coletados sempre por viajantes e não pelos pensadores em questão) que, por fim, trariam à tona a complexa afinidade ou contradição entre ciência e religião e vice-versa. Este livro é usado até os dias de hoje para maiores conhecimentos relativos à bruxaria, rituais e misticismos afins.

Frazer deixou aos seus discípulos escritos de sua única palestra realizada na cidade de Liverpool, intitulada "O escopo da antropologia social" (1908), considerada por muitos críticos como o marco zero da antropologia social, além de registros de algumas conferências realizadas posteriormente. Posterior ao "O Ramo de Ouro", outro livro fora publicado com o nome de "Folclore no Antigo Testamento" no ano de 1918.

Inglês, nascido no ano de 1832, **TYLOR** herdou varias ideias do iluminismo e é considerado por muitos o pai da "antropologia britânica". Ele foi um dos principais pensadores a romper com a



James George Frazer



Edward Burnett Tylor

tradição que defendia a formação da cultura a partir de valores individuais. Formalmente a conceituou como essencialmente social, hierarquizada, em grande parte adquirida inconscientemente e isenta de qualquer transmissão advinda da genética.

Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (Edward Burnett Tylor, *Cultura Primitiva*).

É importante salientar a conceituação sinônima entre cultura e civilização que Tylor propõe e justifica dizendo que a diferença existente é apenas resultado do tempo histórico em cada sociedade que as conceitua.

Dedicou-se ao estudo de diversas culturas e vários elementos pertencentes a estas, elaborando posteriormente um princípio intitulado “método das sobrevivências”, ou seja, sobrevivências culturais que teriam resistido temporalmente em uma cultura e levariam a uma reconstrução da “cultura original” (matriz englobante) advinda dos povos primitivos estudados. Este método, por consequência, faria Tylor inserir em seus estudos o método comparativo entre as culturas para estabelecer uma escala evolutiva e, assim, fazer comparações de aspectos selecionados arbitrariamente na cultura nativa, comparando a valores que julgava semelhantes na sua cultura de origem.

Oposto a alguns evolucionistas, Tylor não admitia a teoria que apresentavam os selvagens como seres humanos desaculturados, mas sim defendia que todos os homens e suas culturas deveriam ser respeitadas e tinham sua importância para o progresso cultural.

A explicação “difusionista” é considerada por ele quando se tenta explicar a similitude de cultura entre dois povos, que logo levaria a crença de pertencerem a uma escala evolutiva semelhante.

No decorrer de sua vida, entre pesquisas e escritas, editou vários livros, dentre eles “Anahuac: ou, México, antigo e moderno”, de 1861, em que fez importantes constatações a respeito da história e das características deste povo. Publicou também “Pesquisas sobre a antiga história da humanidade e o desenvolvimento da civilização”, datado de 1865, e seguido de sua ilustre obra “Cultura Primitiva: pesquisas sobre o desenvolvimento da mitologia, filosofia, religião, linguagem, arte e costume”, tendo sua primeira edição em 1871, lançando as bases para o reconhecimento da definição científica do termo “cultura”. Foram também editados diversos trabalhos antropológicos e seções em livros, além de um manual basilar de antropologia chamado “Antropologia: uma introdução ao estudo do homem e da civilização” no ano de 1881.

Em seus últimos anos de vida, recebeu vários títulos e nomeações acadêmicas, vindo a se aposentar em 1909 e falecer em 1912.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÃO DE LEITURA

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 2002.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

<http://www.agustin.brito.es.tl/2-.-Teorias-da-antropologia.htm?PHPSESSID=bec7ac7590b91509bf94acb70c79cd7f>
<http://contextopolitico.blogspot.com/2008/11/antropologia-evolucionista-teoria-e.html>

5. AS TEORIAS RACIALISTAS

Primeiramente, cabe a nós conceituarmos o termo raça e definirmos a forma que este será considerado ao longo de nossos estudos. Para Vallois, antropólogo físico inglês, raça é “um grupamento natural de homens que apresentam um conjunto de caracteres físicos hereditários comuns.” (VALLOIS, H. V., *As Raças Humanas*, 1971, pp. 6). O mesmo autor distingue esses “caracteres físicos hereditários comuns” em quatro grupos: características anatômicas, fisiológicas, psicológicas e patológicas. Entretanto, nenhuma das características que o autor emprega determina a nacionalidade de determinada raça ou a cultura desta. Essas categorias de atributos determinantes da raça se limitam apenas a diferenças físicas. Também é importante diferenciar as noções de raça e etnia. Como dito acima, raça refere-se apenas a heranças físicas hereditárias, por outro lado, etnia corresponde a um grupo que apresenta semelhanças lingüísticas e/ou culturais.

Não há como negar que existem diferenças físicas entre os homens e estas são facilmente percebidas. No entanto, o racismo começa ao atribuímos algumas características adquiridas como naturais. Não existe forma de comportamento, valores morais, facilidade intelectual que dependa da raça que o indivíduo pertence. Esses valores são adquiridos, são culturais, fazem parte das influências externas que o indivíduo recebe. Exemplo: ao atribuir a preguiça ou falta de asseio aos índios cometemos racismo, pois a preguiça (segundo a valoração dada pela nossa sociedade) e o asseio são comportamentos que não são naturais a espécie humana, são adquiridos.

Outro ponto importante aos nossos estudos seria a diferença entre racismo e etnocentrismo. Por etnocentrismo, como já foi tratado anteriormente, entendemos a visão de cultura referencial.

A visão etnocêntrica situa a sua própria cultura a um patamar superior às outras culturas. Nesse pensamento a diferença é considerada um estágio atrasado, onde a própria diferença é vista com o objetivo de hierarquização. Por outro lado, o racismo se dá ao não considerar as diferenças raciais apenas no aspecto físico, ou seja, desumanizar raças consideradas diferentes. O etnocentrista considera o “outro” como menos evoluído e acredita que, através da evolução, se tornará semelhante a si próprio. Já o racista vê na diferença uma forma de inferiorização. Para este, o “outro” não é seu igual e nunca passará a ser. Um fator importante a ser reparado em qualquer forma de discriminação seria a visão das diferenças de forma valorativa, ou seja, atribuir juízos de valor às peculiaridades de cada indivíduo ou raça.

Um aspecto que devemos analisar também se dá na diferença entre racismo e racista. Racismo, conforme já foi conceituado antes, limita-se ao comportamento discriminatório ou a uma ideologia segregacionista. Por outro lado, a teoria racista seria a corrente de pensamento que estuda as diferenças raciais. O estudioso racista não é necessariamente racista e este, não precisa ser racista. Entretanto, existem pensamentos racistas baseados em doutrinas racialistas.

A doutrina racista se opõe à miscigenação, pois, segundo a sua visão, ao miscigenar, acabamos por enfraquecer a raça e faz com que, com o tempo, ela mesma se extinga. Os racialistas defendem uma divisão do mundo entre raças, justificando que dessa forma dividiriam o mundo por culturas. Como já foi dito acima, a raça não impõe valor cultural nenhum. Eles se fazem através de construções sociais e individuais. Essa linha de pensamento, também formula a hipótese da “Hierarquia universal de valores”, defende uma hierarquia racial, ou seja, a idéia de que as raças são diferentes – considerando de forma valorativa – e que umas são superiores às outras. Este pensamento é bem marcado pelo etnocentrismo. A doutrina nazista é embasada em teorias racialistas.

Um expoente do pensamento racista, ao qual não podemos deixar de nos referir, é **JOSEPH ARTHUR DE GOBINEAU**, conhecido como Conde de Gobineau. Filósofo e diplomata francês, o autor marca os estudos racialistas e defende uma teoria extremamente racista no “Ensaio sobre desigualdades das raças humanas” publicado em 1855. O autor afirma que o comportamento humano é dependente da raça que pertence e é transmitido hereditariamente. Ele defende a ideia de que os humanos devem ser vistos e analisados com os mesmos métodos e mesmos princípios que os animais.

Gobineau, em uma missão diplomática, visita o Brasil em 1869. O diplomata se choca com os habitantes do Brasil devido ao grande número de pessoas miscigenadas. O autor defende a



Joseph Arthur de Gobineau

ideia, como na maior parte dos primeiros estudiosos racialistas, do enfraquecimento da raça através da “mestiçagem” e calcula que os brasileiros desapareceriam em 270 anos devido ao cruzamento de raças e enfraquecimento destas. Considera que a miscigenação origina indivíduos estéreis. Pensamento semelhante com o que é considerado a respeito do cruzamento de animais de espécies diferentes. Por fim, o autor aconselha, para impedir a extinção do Brasil, a imigração de raças europeias para ocuparem o território e, assim, garantir a continuidade do país.

Analisando a problemática racial no Brasil, cabe a nós notar o chamado “mito das três raças formadoras do Brasil”. Este trata da formação da identidade nacional sob uma perspectiva claramente racista. Embasado em determinismos (por determinismo entendemos a visão que afirma que os fatos são determinados unicamente por fenômenos anteriores, ou seja, o indivíduo é unicamente influenciado pelo meio em que vive, age de uma forma pré-determinada por acontecimentos anteriores), o mito das três raças defende a ideia de uma formação da identidade brasileira fundamentada nas diferenças raciais, ou seja, aspectos biológicos (raças são características unicamente biológicas) formando a cultura, que é construída unicamente pela convivência social.

O que nos chama a atenção é que o mito das três raças ou “o problema do racismo à brasileira”, como chama o antropólogo social Roberto DaMatta, era uma ideia em que muitos acreditavam no Brasil há um século atrás, tanto as elites intelectualizadas (ditas detentoras do “conhecimento científico”), quanto pelas camadas mais populares.

Ainda hoje, não é nada estranho ouvirmos falar que a cultura brasileira é de determinada forma, por ter sido formada por brancos, negros e índios. Claro que não podemos negar a importância destes na formação do povo brasileiro, mas a formação da identidade não é determinada por qualquer raça específica. O que podemos afirmar é que as diferenças sociais, por exemplo, influenciam na formação cultural brasileira e que a maioria dos negros que habitavam o Brasil na época colonial ocupava classes baixas. Todavia, a raça em nada altera nas questões culturais.

É impressionante também observar a profundidade histórica desta fábula das três raças. Que os três elementos sociais – branco, negro e indígena – tenham sido importantes entre nós é óbvio, constituindo-se sua afirmativa ou descoberta quase que numa banalidade empírica. É claro que foram! Mas há uma distância significativa entre a presença empírica dos elementos e seu uso como recursos ideológicos na construção da identidade social, como foi o caso brasileiro. (DAMATTA, Roberto, *Relativizando – Uma introdução à Antropologia Social*, Editora Rocco, 1987, pp. 62-63)

Não podemos confundir o caso brasileiro com o caso dos EUA. No Brasil, temos uma miscigenação racial evidente. Não conseguimos apontar traços físicos que simbolizem o perfil do indivíduo brasileiro, a diferença entre negros, brancos, pardos ou índios, pois não se apresenta de uma forma clara. Por outro lado, nos EUA a diferença racial se apresenta de uma forma dual e muito evidente. De um lado temos os brancos e de outro os negros e uma herança colonial extremamente racista.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: Uma introdução à antropologia social

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**

unidade 2

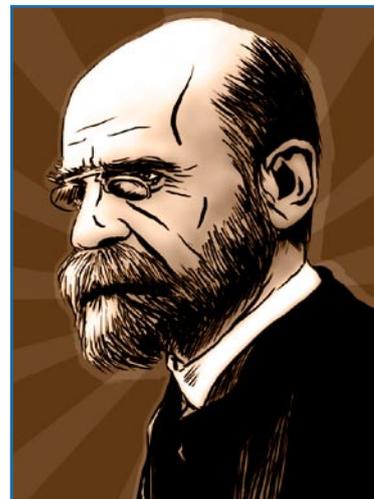
A ESCOLA FUNCIONALISTA

1. A CONTRIBUIÇÃO DE ÉMILE DURKHEIM

ÉMILE DURKHEIM (Épinal, 1858 – Paris, 1917) foi um grande sociólogo francês e um dos pais da sociologia moderna. Iniciou seus estudos em sua cidade natal, mudando-se para Paris para estudar filosofia na *École Normale Supérieure*.

Durkheim interessou-se, ao decorrer de sua vida, intensamente pela a ordem social. Seu pensamento foi fortemente influenciado pelo período conturbado em que viveu. Preocupou-se em estabelecer a Sociologia como ciência, cuja principal tarefa é o estudo dos fatos sociais.

O funcionalismo está estreitamente relacionado à obra de Durkheim. Para a escola, a sociedade é comparável a um organismo vivo, onde cada um exerce papel fundamental para o seu bom funcionamento. Desta maneira, se existem problemas na sociedade é porque há partes que não estão integradas, devendo elas (re) integrarem-se com o todo, cabendo ao sociólogo este trabalho.



Émile Durkheim

OS FATOS SOCIAIS

Os fatos sociais são o objeto de estudo da sociologia. Eles são as maneiras de agir, pensar e sentir. São as regras e normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade. Sua existência é independente e estabelecida em toda a sociedade.

Esses fatos são encarados como “coisas” e têm três características básicas: Coerção, Exterioridade e Generalidade.

São coercitivos porque eles se impõem aos indivíduos, exercem pressão social. Todos precisam seguir essas normas e regras. E se houver tentativa de desvio, de desobediência por parte de alguém, este sofre sanções aprovativas ou reprovativas e é, de alguma maneira, punido pelo resto do grupo.

Dizem-se exteriores porque essas regras e normas não são criadas isoladamente pelos indivíduos, mas pela coletividade. Eles provêm, portanto, da sociedade e são anteriores, posteriores e superiores aos indivíduos.

Eles são gerais porque existem em todas as sociedades. No entanto, não são uniformes porque dependem do grupo, da época e do local.

Durkheim ilustra os fatos sociais a partir da educação. Para ele, os indivíduos não nascem sabendo as normas de conduta necessárias para a vida em sociedade. É, em grande parte, através da escola que as crianças aprendem as idéias, os sentimentos e os hábitos para se viver em sociedade.

SOCIEDADE E INDIVÍDUO

Para o autor, a sociedade é um conjunto de normas de ação, pensamentos e sentimentos que são construídos exteriormente. Ela é superior e tem precedência sobre os indivíduos, agindo sobre eles e modelando suas formas de agir pensar e sentir.

É a sociedade, enquanto coletividade, que organiza, condiciona e controla as ações de cada indivíduo.

A DIVISÃO DO TRABALHO SOCIAL:

SOLIDARIEDADE MECÂNICA E SOLIDARIEDADE ORGÂNICA

Através da obra "Da Divisão Social do Trabalho", Durkheim se propõe a analisar as funções sociais do trabalho na modernidade.

Para tanto, o autor classifica a sociedade em dois tipos de solidariedades: a Mecânica e a Orgânica.

Nas sociedades onde predomina a solidariedade mecânica, os indivíduos participam de uma consciência coletiva comum, cujos indivíduos se identificam por meio da família, da religião, dos costumes, permanecendo, em geral, independentes e autônomos em relação à divisão do trabalho social.

Nesse tipo de sociedade, existe um predomínio total da sociedade sobre o indivíduo.

Poderíamos estabelecer como exemplo as engrenagens de um relógio: as roldanas estão perfeitamente encaixadas, fazendo o relógio estar em harmonia. No entanto, são apenas roldanas. Essas características são típicas de sociedades pouco desenvolvidas.

Para Durkheim, a forma ideal de convivência para a sociedade moderna é a solidariedade orgânica, onde os indivíduos são interdependentes e integrados na sociedade. Cada qual se especializa numa atividade e tende a desenvolver maior autonomia pessoal, diminuindo o significado da consciência coletiva.

Durkheim compara essa solidariedade ao funcionamento do organismo humano, onde cada órgão é especializado em um determinado tipo de trabalho. Portanto, exercem função.

Para durkheim, solidariedade é a maneira de convivência, o elo social.

O SAGRADO E O PROFANO EM "AS FORMAS ELEMENTARES DA VIDA RELIGIOSA"

Durkheim percebia a religião como algo social. Para ele, a religião é a idealização da própria sociedade. De acordo com o autor,

"Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas; crenças e práticas que unem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a elas aderem." (Les formes élémentaires de la vie religieuse, p. 65.)

Desta maneira, Durkheim evidencia uma profunda necessidade de distanciar o sagrado do profano.

O sagrado se compõe das crenças, dos ritos e dos mitos. São as coisas sagradas que os interditos protegem e isolam. Quando as coisas sagradas estão coordenadas entre si, o conjunto das crenças e dos ritos correspondentes constituem uma religião.

As coisas relativas ao sagrado são sempre colocadas em outra esfera, mais poderosa e as questões do mundo profano estão intimamente associadas à vida cotidiana.

Obras

Da divisão do trabalho social – 1893

As regras do método sociológico – 1895

O suicídio – 1897

As formas elementares da vida religiosa – 1912

Obras póstumas:

Educação e Sociologia – 1922

Sociologia e Filosofia – 1924

O socialismo – 1928

Evolução pedagógica na França – 1938

Lições de sociologia – 1950

Pragmatismo e Sociologia – 1955



Marcel Mauss

2. A CONTRIBUIÇÃO DE MARCEL MAUSS

MARCEL MAUSS (Épinal, 1872 – Paris, 1950) foi um grande sociólogo e antropólogo francês. Sobrinho e discípulo de Émile Durkheim, Mauss interessou-se desde cedo pelos estudos de seu tio e tornou-se seu assistente. Mauss foi professor de religião em uma escola francesa e é considerado o pai da Etnologia francesa.

O ENSAIO SOBRE A DÁDIVA

Nesta obra, Mauss se preocupou em entender a teoria das “trocas de presentes” nas sociedades primitivas.

O antropólogo percebia a dádiva de modo muito grandioso. Não apenas como presentes, mas visitas, encontros, festas, uma série de coisas, ou seja, de prestações. Essas prestações, em um primeiro momento, parecem ser dadas de maneira involuntária (livre e gratuitamente), no entanto, é necessário que se devolva. Desta maneira, as trocas envolvem três características: **dar, receber e retribuir**.

Por meio da obra, o autor propõe um entendimento da constituição da vida social através das três características já citadas. Mostra, também, que dar e retribuir são obrigações, porque recusar uma delas significa negar a aliança social. Desta maneira, Mauss

destaca a importância da **reciprocidade** na criação e no bom funcionamento dos laços sociais.

Mauss deixou em evidência seu estudo acerca do direito contratual e dos sistemas de prestações econômicas nas sociedades ditas "primitivas", propondo nos dois primeiros capítulos da obra dois sistemas de trocas: O Polinésio (maoris, da Nova Zelândia) e o Potlatch (povos do noroeste da América do Norte).

SISTEMA POLÍNÉSIO

Os maoris se organizam em uma sociedade hierárquica, sendo sempre chefiada por homens.

O maior grupo de maoris, no século XVIII, eram os Iwi, independentes e donos dos próprios territórios.

Depois dos Iwi, existiram outros grupos menores como Hapis (clãs), que exploraram, dentro da área dos Iwi, territórios menores.

Para eles, há uma força espiritual que pertence às pessoas, chamada **Mana**. A mana, por sua vez, está estreitamente associada ao **Hau**, que é uma força espiritual que pertence tanto aos fenômenos naturais (vento, por exemplo) quanto aos objetos que são trocados como presente (chamados de Tonga).

As tongas são os objetos que fazem as pessoas serem vistas como ricas ou poderosas, havendo uma forte ligação entre elas e as manas.

Ao analisar essas matérias etnográficas, Mauss propõe a noção de **fato social total**. Chama de total porque envolve a sociedade inteira em todos os seus níveis, aspectos sociais e morais: econômicos, políticos e religiosos.

São essas trocas que unem a sociedade, que amarram seus laços. Se não existirem trocas recíprocas, determinado indivíduo (ou clã) corre risco de sérias divergências ou até guerras.

SISTEMA POTLATCH

Neste sistema, Mauss discute outros tipo de objetos trocados, como : crianças, mulheres, ritos, serviços militares. Na discussão do Potlatch,

"Os Tlingit e os Haida, duas tribos do Noroeste americano, exprimem fortemente a natureza das trocas dizendo que as duas irmandades se respeitam uma à outra. Em toda essa região americana, aparece uma forma típica, evoluída e rara das prestações totais, chamada de Potlach que quer dizer essencialmente alimentar e consumir." (MAUSS, p. 56).

Neste sentido, o ritual é entendido como, além de servir de alimento para outros grupos sociais, também servir como uma maneira de consumir os bens e outros valores numa troca potlatch.

As tribos eram muito ricas, cheias de produtos para consumo próprio ou para dar. Ao realizarem as festas ou cerimoniais coleti-

vos, percebia-se, de maneira sutil, o antagonismo entre determinados clãs ou até mesmo entre indivíduos nos rituais potlach.

Mauss conceituou essas batalhas como “**prestações totais do tipo Agonístico**”.

Às vezes, matavam seus próprios escravos ou destruíam suas próprias construções. Desta maneira, se sacrificava o próprio espírito para os deuses. Seria uma maneira de comprá-los.

Marcel Mauss mostrou, através da etnografia, a importância da reciprocidade para a construção das sociedades humanas.

Obras

Ensaio sobre a dádiva — 1924

Sociologia: Objeto e método — 1901

Sociologia e Antropologia — 1950

Ensaio de Sociologia (2ª Edição) — 1999



Bronislaw Malinowski

3. MALINOWSKI E SUA INFLUÊNCIA NO PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO

A publicação de “Argonautas do Pacífico Ocidental” de Malinowski foi um marco aos estudos antropológicos e etnográficos. **BRONISLAW MALINOWSKI** natural de Cracóvia, Polônia, teve sua formação inicialmente em física e matemática. Por problemas de saúde, teve que interromper sua carreira científica. Como distração lê “O Ramo de Ouro” de James Frazer e acaba se voltando definitivamente para a antropologia.

A época em que Malinowski inicia seus estudos é marcada por grandes mudanças nas pesquisas antropológicas. A “antropologia de gabinete” não dava mais conta de manipular dados empíricos e a ida a campo passa a se tornar cada vez mais necessária. A escola funcionalista, a qual Malinowski é um dos principais fundadores na Inglaterra, considera fundamental o trabalho de campo dentro das pesquisas antropológicas.

A obra de Malinowski marca consideravelmente as pesquisas empíricas por considerar fundamental a entrada do antropólogo não só nas tribos estudadas, mas por afirmar que este deve conviver entre os nativos, aprender a língua nativa e compreender as motivações das ações e comportamentos destes. Os primeiros trabalhos de campo se limitavam a pequenos contatos com os nativos e, a partir da aplicação de alguns questionários (com a ajuda de tradutores), os antropólogos passavam um período curto de tempo na tribo estudada. Malinowski inicia o que chamamos hoje de observação participante que, como já diz o nome, o pesquisador participa do cotidiano da “tribo” estudada por um médio ou longo período de tempo para, assim, chegar a conclusões acerca da sociedade.

A escola funcionalista, apesar de influenciada pela tradição evolucionista, critica estes e propõe novas formas de análise cultural. A principal crítica feita à escola evolucionista, por parte de Malinowski e seus colegas, é baseada na arbitrariedade da escolha de comportamentos isolados dos nativos.

A sociedade estudada é desmembrada em aspectos isolados e organizada em categorias que o pesquisador evolucionista julga importante se baseando em sua sociedade. Por outro lado, os funcionalistas consideram que os elementos culturais não podem ser desmembrados de sua cultura, mas devem ser tomados a partir do “todo” cultural.

O trabalho de Malinowski é marcado por relatos etnográficos de suas estadas em tribos diversas, na maioria dos casos nas proximidades de Nova Guiné. A sua obra-prima “Argonautas do Pacífico Ocidental” retrata a sua permanência nas Ilhas Tombriand, principalmente, situadas na Nova Guiné. Resultado de três expedições entre 1914 e 1920. Na introdução da obra, Malinowski faz considerações metodológicas a respeito de suas pesquisas e expõe, claramente, as suas noções sobre trabalho de campo, que também são partilhadas pela escola funcionalista.

Assim que me estabeleci em Omaracana (Ilhas Tombriand), comecei a participar, à minha maneira, da vida da aldeia, a esperar com prazer as reuniões ou festividades importantes, a ter interesse pessoal pelas conversas e pelos pequenos incidentes cotidianos; toda manhã quando me levantava, o dia se anunciava para mim mais ou menos semelhante ao que iria ser para o indígena. (MALINOWSKI, Bronislaw, “Argonautas do Pacífico Ocidental”, Abril Cultural, São Paulo, 1978, p. 21)

Através de um informal relato escrito, Malinowski faz os primeiros relatos a respeito dos nativos. O trecho mostra claramente o seu pensamento a respeito da observação participante e nos mostra de que forma esta é usada nos estudos de campo.

O capítulo metodológico de “Argonautas do Pacífico Ocidental” é fundamental, pois discorre a respeito de seu pensamento e dos principais pressupostos do funcionalismo. Neste capítulo, Malinowski enumera algumas condições adequadas à pesquisa etnográfica.

Como já dissemos, o pesquisador deve, antes de mais nada, procurar afastar-se da companhia de outros homens brancos, mantendo-se assim em contato o mais íntimo possível com os nativos. Isso realmente só se pode conseguir acampando dentro das próprias aldeias. (MALINOWSKI, Bronislaw, “Argonautas do Pacífico Ocidental”, Abril Cultural, São Paulo, 1978, p. 21)

Grande parte da obra aborda a temática do *kula*, que é um sistema de trocas usado pelos habitantes das Ilhas Tombriand com influências místicas e religiosas.

Malinowski tenta compreender a forma de pensar do nativo e assim interpreta a cultura deste. Ele chama atenção, ao longo do texto, na busca de uma interpretação.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**
Coleção Os Pensadores – **Malinowski**

4. O FUNCIONALISMO NA OBRA DE MALINOWSKI E FRANZ BOAS

Bronislaw Malinowski, autor do grande clássico da antropologia “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (1922), foi o maior difusor da corrente funcionalista relacionada à cultura, juntamente com Franz Boas. Cunhou o termo “funcionalismo” dentro da corrente antropológica, alertando pensadores e abrindo um leque de possibilidades para se pensar o “outro”, descartando a visão etnocêntrica ocidental.

O funcionalismo, que genericamente pode ser visto como um movimento que recobre uma parte muito significativa da produção antropológica, caminha inexoravelmente no sentido de empurrar o estudo do “outro”, da “diferença”, para fora do etnocentrismo (Everardo P. Guimarães Rocha, O que é etnocentrismo).

Crítico em relação à corrente difusionista, que se baseava na busca de explicações olhando o passado, e também ao evolucionismo reducionista ele achou no funcionalismo uma explicação para as diferentes culturas existentes.

A pesquisa etnográfica ganhou contribuições de grande significação com a “observação participante”, que foi um legado deixado por Malinowski e é um método usado até os dias de hoje na antropologia. Durante o processo de observação, tudo deveria ser registrado pelo etnógrafo, que estaria vivendo na tribo, pois até os detalhes aparentemente mais insignificantes da vida cotidiana desta tribo deveriam ser descritos.

Para ele, a cultura é um sistema, um todo interligado, interdependente, formado por várias partes que darão sentido e principalmente uma função para cada parte integrante desta. Baseia-se no olhar similar à ciência natural para pensar o homem, suas funções e necessidades biológicas que impõem às culturas, cada qual de maneira diferente, uma resposta a estas necessidades, resposta esta encontrada na diversidade de culturas existentes para diferentes necessidades orgânicas.

O organismo e o meio secundário em que existe, ou seja, a cultura, inteira atuam de modo permanente (Bronislaw Malinowski. Uma Teoria Científica da Cultura e outros Ensaio, 1944).

Em primeiro plano estão as necessidades orgânicas do homem (comer, beber, vestir-se, andar, etc) e, por consequência, surgem maneiras diferentes de realizar estes procedimentos que dão origem aos atos culturais, diferentes para cada cultura analisada. Malinowski afirma que a cultura seria como um segundo determinismo de acordo com a relação constatada acima (biológico/cultural), pois ela cria um ambiente para determinados atos "naturais".

As instituições (autônomas) são resultado da cultura e objeto da ciência antropológica segundo este pensador. Suas relações com a cultura e entre são de fundamental importância para a compreensão operacional da cultura em determinada sociedade e tempo presente, sem ter de recorrer a prováveis respostas encontradas no passado como a escola evolucionista.

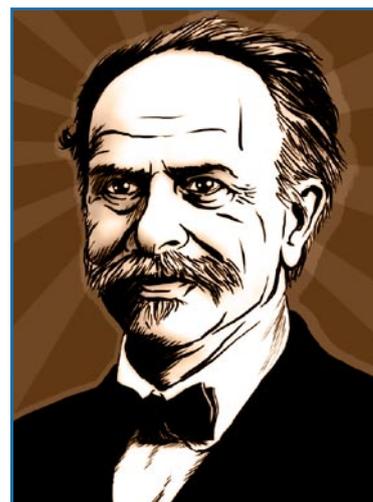
[em toda cultura] cada costume, cada objeto, cada idéia e cada crença exercem uma certa função vital, têm uma certa tarefa a realizar, representam uma parte insubstituível da totalidade orgânica (Bronislaw Malinowski. Uma Teoria Científica da Cultura e outros Ensaio, 1944).

Para Malinowski, a escola funcionalista era, portanto, fundamentada em uma percepção naturalista da cultura que deveria ser compreendida sempre estando relacionada a fenômenos fisiológicos. Alguns críticos apontam como uma falha esta forma de analisar os processos culturais no que faz referência à limitação desta escola, pois nesta existiriam contradições pertencentes ao contexto interno da cultura, que seriam pouco tematizadas e de difícil explicação, de acordo com o pensamento funcionalista.

Outro pioneiro que lançou as bases do método funcionalista (por considerar cada cultura uma totalidade com elementos inter-relacionados) e fomentou a análise das diferentes culturas foi o alemão **FRANZ BOAS** (1858–1942).

As culturas depois de seu legado seriam estudadas intensiva e detalhadamente, promovendo o pensar, relativo às diferenças existentes nas sociedades. A cultura era o principal elemento que tornaria particular cada povo, sem hierarquias.

Suas idéias, no que dizem respeito à cultura, se opõem à teoria evolucionista e racista. Totalmente desvinculado da relação biológica entre raça e cultura, que aceitava este elo e via nele a explicação para as diferenças culturais. Depois de Boas, "a cultura" não mais existe. Ela é substituída pelas "culturas" existentes, agora plurais.



Franz Boas

Foi ele o primeiro a perceber a importância de estudar as culturas humanas nos seus particulares. Cada grupo produzia, a partir de suas contradições históricas, climáticas, lingüísticas, etc., uma determinada cultura que se caracterizada, então, por ser única, específica. Este relativismo cultural, essa pluralidade de culturas diferentes, visto por Boas é, se compararmos, uma ruptura importante do centramento, da absolutização da cultura do "eu", no pensamento evolucionista. (Everardo P. Guimarães Rocha, O que é etnocentrismo).

Precursor na relativização cultural, descentralização do "eu" etnocêntrico da cultura ocidental referente ao "outro" e estudo de cada costume humano em sua própria complexidade e conjuntura social. Seu nome foi também relacionado à escola "difusionista" de pensamento, onde ele refutava alguns métodos desta escola relativos às construções generalistas, teorias estas, creditadas a possuir leis englobantes de suficiente competência para explicar o homem, suas manifestações sociais e culturais.

A forma de organização social teria grande influência da cultura (para ele um todo organizado e harmônico) de seu povo, sendo esta, algo adquirido e não inato como pensavam seus antecessores.

Para o autor, cada cultura é específica, singular e coerente de acordo com seu contexto. Defendia a análise do indivíduo e sua relação com a própria cultura, ou seja, como ocorreria o processo de aquisição cultural a partir do individual e não do coletivo.

Boas desenvolveu estudos relativos à língua e raça, deixando inúmeros discípulos, os quais trabalhariam posteriormente com estes elementos. Delineou procedimentos relativos à aculturação e às trocas culturais entre povos, suas relações e as conseqüências destas. Defendia ideias da escola antropológica americana (da qual fazia parte) baseadas no particularismo histórico cultural, oposto a concepção evolucionista.

O autor deixou uma marca importantíssima na história da antropologia. Ele não formulou grandes teorias, mas auxiliou de forma primordial na concretização de posteriores gerações que pensaram os "outros" sem resquícios hierárquicos de comparação com sua própria cultura. Seu legado influenciou de forma objetiva algumas das novas escolas antropológicas, como a escola "cultura e personalidade" de Ruth Benedict e Margareth Mead, e outros pensadores como Alfred Kroeber e Clark Wissler.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura e outros ensaios**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1944.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

5. A PERSPECTIVA FUNCIONALISTA DOS BRITÂNICOS

O funcionalismo encontra seu tempo de maior destaque a partir dos anos 1930, quando Malinowski faz seus estudos nas Ilhas Trobriand. É importante destacar que esta escola de pensamento já estava sendo gestada desde 1914. Os principais representantes desta teoria, que ganha destaque na Inglaterra, são Bronislaw Malinowski e Radcliffe-Brown. Os trabalhos destes dois antropólogos podem ser vistos como uma reação positiva ao conceito evolucionista de “sobrevivência”.

Para os evolucionistas, são as sobrevivências de determinados tempos, as sobras, aquilo que consegue ultrapassar este tempo, que permitiria relacionar presente e passado. DaMatta assim explica:

Os mitos seriam sobras de um tempo de reis e princesas, onde se ignorava a ciência e a técnica; e as festas populares seriam sobrevivências de um tempo antigo, “guardadas” por algum grupo especial, que as comemora porque é o “costume”. (...) a reação funcionalista a esta doutrina foi no sentido de revelar que nada numa sociedade podia ocorrer ao acaso, como uma sobra ou sobrevivência de um tempo pretérito (1997:102)

O funcionalismo imprimiu uma nova orientação para a antropologia. Diferente do evolucionismo e do difusionismo, que se preocupavam com as origens e os problemas das transformações sócio culturais, esta escola dava especial atenção para a explicação do funcionamento de determinada cultura em um momento dado. Isto é, havia a tentativa de explicar o passado através do presente e não o contrário. Além disso, dedicava-se a estudar a sociedade como um sistema coerente e integrado de relações sociais. Isto é, cada parte deste todo tem uma função específica que lhe assegura singularidade.

Segundo Robertson:

O funcionalismo emprega um método semelhante ao método das ciências naturais. Para eles (Comte, Spencer, Durkheim, etc.) a sociedade e a cultura são vistas como um todo cujas partes estão intimamente interligadas, a exemplo do organismo biológico e seus respectivos órgãos. Não existem órgãos dispensáveis no organismo. Todos eles têm uma função a desempenhar dentro do organismo (1983, p.113).

Além desta questão apontada, é preciso destacar que o funcionalismo proposto pelos britânicos dá especial atenção aos trabalhos de campo. O destaque na utilização desta metodologia na Antropologia Europeia foi Malinowski. A prática do trabalho de campo se tornou tão importante que algumas Academias a viam como uma forma de estágio: só depois de realizá-la é que o aluno estava “formado”. A comunidade científica inglesa tinha esta prática como uma exigência-ritual.

O evolucionismo definia a cultura como produto da natureza, isto é, a cultura era uma espécie de filha de uma suposta unidade psíquica do homem. Esta abordagem é diferente de uma perspectiva difusionista na qual estava presente a perspectiva de certo determinismo cultural.

Malinowski entendia a natureza humana como:

Por natureza humana, portanto, exprimimos o determinismo biológico que impõe a toda civilização e a todos os indivíduos a realização de funções corporais tais como respirar, dormir, repousar, nutrir-se, excretar e reproduzir (p.76)

A partir desta diferenciação entre natureza e cultura, um dos principais estudos antropológicos é o próprio Malinowski, que constata que a função pode ser traduzida como a satisfação das necessidades básicas, neste sentido, a primeira necessidade básica seria a biológica de se nutrir. Segundo o mesmo autor, é necessário que se estabeleçam as teses básicas do funcionalismo em relação com a cultura:

- a) a cultura auxilia o homem a lidar melhor com as situações de seu cotidiano com a finalidade de sanar as suas necessidades;
- b) cultura diz respeito a objetos, atividades e atitudes. Todos são meios para alcançar um fim;
- c) é integral e interdependente;
- d) Estas atividades organizam-se em instituições buscando diversos tipos de cooperação;
- e) A cultura é dinâmica pode ser observada em todas as instâncias da vida social.

Para os primeiros funcionalistas da escola britânica, a instituição foi estabelecida como a unidade básica de análise. Em outras palavras, as instituições foram um importante aparato metodológico, uma vez que era necessário um modelo concreto que auxiliasse no trabalho de campo. Este modelo foi a instituição. Citemos como exemplo a família, o governo, a escola, etc. Segundo estes autores, todas as instituições têm uma função e, caso alguma delas perca esta função, tenderá a desaparecer.

Para Malinowski, importante referencial funcionalista da escola britânica, a função é a satisfação das necessidades básicas ou derivadas. Nesse sentido, então, a explicação funcionalista é voltada para fins, objetivos e metas.

Outro dos importantes funcionalistas ingleses e que trabalharemos em outra aula, é Radcliffe-Brown. Diferente de Malinowski, que se utiliza muito de explicações psicológicas, este autor segue uma linha de raciocínio bastante sociológica. Radcliffe centra seu estudo na ideia de estrutura social. Sua teoria é claramente funcionalista, segue os passos de Durkheim, mas flerta de perto com o estruturalismo de Lévi-Strauss, como veremos em aulas subseqüentes.

Os principais conceitos da teoria de Radcliffe-Brown são estrutura e função.

Por estrutura ele entende: "uma série de relações entre entidades. (...) o processo pelo qual se mantém esta continuidade estrutural do organismo chama-se vida. O processo vital consiste das atividades e interações das unidades constituintes do organismo: as células e os órgãos nos quais as células estão unidas"(p.221).

Por função, o autor entende: "a noção de uma estrutura constituída de uma série de relações entre entidades unidas, sendo mantida a continuidade da estrutura por um processo vital constituído das atividades integrantes. Função é a contribuição que determinada atividade proporciona à atividade total da qual e parte" (p.223; 224).

O funcionalismo, como dissemos acima, busca se diferenciar do difusionismo e do evolucionismo. Isto se faz à medida que o funcionalismo procura afastar-se de um totalitarismo científico. A seu turno, o funcionalismo busca destacar as relações necessárias existentes entre diferentes instituições que se articulam para melhor efetivarem a realização de suas funções.

É evidente que existe a pretensão de construção de uma estrutura de validade universal, mas trata-se da construção de uma estrutura que dialoga com os fatores abstratos e concretos de seu entorno e esta era uma inovação na época.

Todavia, uma novidade trazida pelo funcionalismo é a ideia de que o centro de referência para os estudos pode ser deslocado da Europa. O referente não é mais a sociedade racional, fechada, completa da Europa, segundo os olhares etnocêntricos.

Desde o funcionalismo, pode-se ir até a tribo e explicá-la desde si mesma. A sociedade do cientista não é mais um modelo pronto e acabado, na qual as outras sociedades vão sendo colocadas em determinada escala evolutiva, mas apenas como um outro dado em relação a determinadas observações e relações sociais. Aproxima-se o cientista do nativo. Relacionam-se.

Por derradeiro, podemos dizer que a escola funcionalista britânica propunha o funcionalismo como um pré-requisito do trabalho de campo e também para a realização de uma abordagem comparativa entre os fenômenos culturais de culturas distintas. Nesse sentido, a abordagem funcionalista seria capaz de realizar uma análise concreta de determinada cultura a partir de suas instituições e de seus aspectos.

REFERÊNCIAS E SUGESTÕES DE LEITURAS

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**. Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

MALINOWSKI, B. "A teoria funcional". In. DURHAN, E. (org.) **Malinowski**. São Paulo: Ática, 1986. V.55 (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

MELO, Luis Gonzaga de. **Antropologia cultural**: iniciação, teoria e temas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

6. A ETNOGRAFIA COMO MÉTODO: LIMITES E VANTAGENS

Ao iniciarmos esta aula sobre o método da Antropologia, é preciso que se faça uma distinção necessária entre Ciências Naturais e Ciências Sociais, porque, a partir destas diferenciações, ficará bem mais fácil pensar o método por excelência da Antropologia, qual seja, **o Método Etnográfico**.

As Ciências Naturais possuem causas que podem ser isoladas e, com este isolamento, estas causas podem ser reproduzidas. Esta reprodução será sempre parcial. Os fatos observados nas Ciências Naturais são sempre fatos de outra natureza, isto é, não são fatos humanos. Como exemplo, podemos citar as inúmeras pesquisas com as diversas espécies da fauna e flora.

As Ciências Sociais, por sua vez, possuem múltiplas causalidades e mudam de significado conforme o olhar direcionado, ou seja, a subjetividade do autor, bem como o contexto desde o qual se está pesquisando. Outra questão importante é que as Ciências Sociais não podem reproduzir os fatos sociais em laboratórios. Os fenômenos observados pelas Ciências Sociais nos envolvem e nos incluem. Como exemplo de um fenômeno social podemos citar os protestos.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS PODEM APENAS OBSERVAR OS FENÔMENOS. NÃO PODEM REPRODUZÍ-LOS.

O método etnográfico de análise antropológica tem algumas peculiaridades, que podem ser vistas como problemas ou limites e vamos, rapidamente, fazer o destaque.

Na observação das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, estão envolvidas questões subjetivas, que dizem respeito à relação entre sujeito e objeto, os quais pertencem a uma mesma natureza: humana. Há, além disso, a interferência do meio e o problema da inserção do pesquisador a fim de não ferir as suscetibilidades de seus informantes.

Outro ponto importante a ser frisado é o da constatação da diferença e o reconhecimento de si mesmo na pesquisa. Isso diz respeito a uma dualidade do pesquisador, que está sempre em dois mundos: o acadêmico e o da vida em si. Sem contar, que muitas vezes, seu objeto de pesquisa lhe é muito familiar e ele precisará construir todo um processo de estranhamento.

Um terceiro elemento que deve ser apontado é o que mostra que, nas pesquisas em Ciências Sociais, o recorte feito é sempre sincrônico, uma vez que os fatos sociais estão em permanente dinâmica, o que confere à análise um caráter de eterna parcialidade e de distanciamento de uma totalidade ou universalidade.

Por último, é preciso ser dito que diferente das Ciências Naturais, nas Ciências Sociais o objeto pode falar com o sujeito e assim travar um debate

com o observador. Além disso, para além da dicotomia sujeito/objeto, mais do que nunca, hoje se fala em Sujeito pesquisador e Sujeito observado.

O MÉTODO ANTROPOLÓGICO: A ETNOGRAFIA

Após estas questões iniciais, estamos prontos para uma discussão sobre o Método Etnográfico. Tal método tem por base a compreensão de que o comportamento dos seres humanos só pode ser entendido e explicado a partir do contexto social no qual estão inseridos os sujeitos observados.

O Método Etnográfico busca compreender o ponto de vista do nativo, isto é, procura, segundo os praticantes da ação, o significado destas práticas. Nesse sentido, o trabalho do pesquisador é o de examinar minuciosamente os diversos aspectos da vida dos grupos sociais com os quais trabalha.

A etnografia compõe-se da presença intensa do pesquisador no contexto pesquisado, ou seja, o cientista sai da Universidade ou de sua casa e vai até o lugar onde estão os sujeitos com o qual ele quer trabalhar. Além disso, a etnografia utiliza-se da observação participante e de entrevistas informais ou semi-estruturadas, isto é, que tenham um roteiro prévio estabelecido.

Priorizam-se em uma etnografia os dados oriundos de documentos escritos, de observações e também de relatos orais. Este será o material que resultará em uma “descrição densa” do contexto investigado. Esta descrição – etnografia – ressalta os aspectos formais da organização social, os valores e visão de mundo dos “nativos”.

O PIONEIRISMO DE MALINOWSKI

Malinowski, o antropólogo que estudamos anteriormente, foi o primeiro dos Cientistas Sociais que fez um trabalho de campo e assim desenvolveu o Método Etnográfico. Ele conferiu objetivos científicos ao trabalho de campo e não meramente especulativos. Além de criar condições adequadas para este trabalho, através do compartilhamento da vida do pesquisador com os sujeitos investigados, longe de seu lugar de origem.

Assim, era preciso que a etnografia desenvolvesse métodos especiais de coleta e registro dos dados de campo. Para tanto, Malinowski desenvolveu a observação e o diário de campo, instrumentos que, naquele momento, eram absoluta novidade. Estes métodos permitiam registrar a organização e a anatomia do grupo estudado através, por exemplo, de estatísticas e separar – no diário de campo – os dados de observação direta, as interpretações dos nativos e as interferências do autor, no caso, o antropólogo.

Algumas etapas da etnografia são as seguintes: estranhamento, momento de chegada em campo e necessidade de começar a perceber, com certa distância, a realidade nativa; primeiras esquematizações dos dados empíricos, isto é, da realidade observada; em um terceiro momento, desconstrução dos estereótipos que foram trazidos *a priori*; depois desta etapa, passa-se para uma comparação com exemplos análogos, retirados da literatura antropológi-

ca; por fim, elaboração de uma sistematização do material construído a partir do campo através de modelos alternativos daquela comunidade ou grupo.

Para que se faça uma boa etnografia, é preciso que se colete dados sobre uma grande variedade de fenômenos da comunidade ou grupo estudado, bem como, seguir a observação de Malinowski: "**cada fenômeno deve ser estudado mediante a mais ampla variedade possível de suas manifestações concretas**". O diário de campo precisa funcionar como um registro das peculiaridades mais sutis que chamam a atenção. Por fim, o antropólogo não deve questionar seus informantes desde regras gerais e abstratas, mas sim, a partir de casos concretos.

Ainda é preciso fazer uma distinção entre observação participante e pesquisa participante.

Na **observação participante** o objetivo do pesquisador é conhecer e compreender a realidade nativa e a definição do objeto. As técnicas de pesquisa e análise dos dados estão centradas no pesquisador.

Na **pesquisa participante**, o objetivo é transformar a realidade. Os membros do grupo estudado participam de todo o processo de pesquisa. Este processo implica investigação, educação e ação.

A ideia de totalidade para Malinowski, no espaço da pesquisa etnográfica, é constituída por três grandes áreas:

1. a constituição da sociedade: leis, instituições e organização social;
2. os imponderáveis da vida real: rotina de trabalho, cuidados com o corpo, conversas, sentimentos;
3. espírito do nativo: pontos de vista e opiniões.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

<http://www.iluminuras.ufrgs.br/artigos/2008-21-etnografia-praticas.pdf>

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Os diários e suas margens**. Brasília: EDUNB, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

unidade 3

A ESCOLA ESTRUTURAL – FUNCIONALISTA

1. RADCLIFFE-BROWN: VIDA E OBRA. O CONCEITO DE SISTEMA SOCIAL

Alfred Reginald Radcliffe-Brown nasceu na cidade de Birmingham, na Inglaterra, no ano de 1881 e faleceu em Londres no ano de 1955. Foi um dos grandes antropólogos de sua geração e teve uma aproximação com várias ciências naturais e humanas, o que possibilitou a construção de um conhecimento bastante complexo e variado. Algumas de suas principais obras são: *Os habitantes das ilhas Andaman (1922)*; *A organização social das tribos australianas (1930)*; *Estrutura e função na Sociedade Primitiva (1952)*; *O método da Antropologia Social (1958)*.

Nosso autor – embora dito por muitos como pouco dado a trabalhos de campo – fez alguns trabalhos de campo em vários lugares. Os mais seguidos foram no Golfo da Bengala, junto as Ilhas Andaman. Trabalhou como professor em diversas partes do mundo: dos Estados Unidos à Austrália, passando pela África do Sul e pela Inglaterra, onde lecionou na *London School of Economics*.

Em meio desta vida cheia de transformações e mudanças, Radcliffe-Brown esteve também em Oxford, onde ocupou a primeira cadeira de Antropologia. Ele estava em Oxford quando surgiu o convite para uma viagem de estudos e trabalhos no Brasil. Dessa forma, ele interrompeu suas atividades na Inglaterra e, entre os anos de 1942 e 1944, atuou como professor visitante da Universidade de São Paulo, junto da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Radcliffe-Brown é chamado por muitos de funcionalista, pois sua análise da sociedade é orquestrada a partir de um método que se utiliza da analogia de um organismo vivo, através de conceitos biológicos. No entanto, o autor rejeita este e outros rótulos que lhe imputam, porque entende como desnecessária a existência de escolas científicas na Antropologia. Radcliffe-Brown ainda é visto como um dos iniciadores do estrutural-funcionalismo, uma espécie de casamento entre as ideias funcionalistas com alguns pressupostos novos, como a ideia de estrutura, centro das sociedades a serem estudadas. Uma nova “escola” que procuraria ir além do conceito de função, problematizando o de estrutura, mas sem superá-lo completamente, isto é, utilizando alguns subsídios do funcionalismo.

Para além das questões funcionais pontuais, alguns de seus trabalhos já mostram uma preocupação com princípios gerais, o que podemos chamar de traços estruturalistas de sua obra. Ele trabalhará isso com vagar nos temas de parentesco. Verá, nas questões de parentesco, a busca de aplicação de estruturas de unidade do grupo e linhagem. Radcliffe-Brown assim destaca as questões de sistemas de parentesco:

Entendo que em dada sociedade podemos isolar teoricamente, se não na realidade, certo conjunto de ações e interações entre as pessoas; essas ações e interações nascem das relações de parentesco ou casamento; e entendo também que em certa sociedade tais ações estão inter-relacionadas de modo que podemos dar uma descrição analítica geral delas como partes integrantes de um sistema. A importância teórica dessa noção de sistema resume-se no seguinte: nosso primeiro passo no sentido de compreender uma feição comum de uma forma de vida social, tal como o uso de cheques, ou o costume pelo qual um homem deve evitar contato social com a sogra, é descobrir o lugar dessa feição no sistema do qual ela faz parte (1973:15,16).

Nesse mesmo sentido, prossegue o autor:

(...) o antropólogo social deve evitar qualquer tentativa de explicar fenômenos sociais ou culturais particulares em termos de uma explanação psicológica última das leis sociológicas gerais demonstradas por pesquisas puramente sociológicas. Além disso, deve considerar cada cultura como um sistema integrado e, assim, estudar as funções de suas instituições, costumes e crenças, tendo sempre em mente que estes são parte de tal sistema (1978:20).

Nesse ponto, chegamos às discussões de sistemas. O autor insiste na necessidade de classificar os sistemas culturais através de um estudo comparativo entre culturas de um mesmo tipo. Ele dirá que um sistema natural é parte de uma realidade conceitualmente isolada, mas que contém uma série de entidades, que se relacionam umas com outras e constituem assim uma unidade naturalmente coerente.

Para definir um sistema, é preciso atentar para dois pontos: **1 – quais são suas unidades? 2 – que relações estas unidades estabelecem?** Radcliffe-Brown adverte que, em um sistema social, as unidades são seres humanos individuais. As relações estabelecidas entre eles são as relações sociais, ou seja, relações onde há mediação de interesses.

Radcliffe-Brown vê a cultura como uma descrição da padronização de comportamentos: pensar, agir, sentir. Ela tem uma série de regras; é composta por símbolos comuns, aos quais são atribuídos determinados significados; esta cooptação nos remete a maneiras padronizadas de agir, sentir e pensar. Assim, a cultura será sempre uma característica de um sistema social.

O autor entende que a realidade concreta, observada pelo antropólogo e a qual precisa descrever, comparar e classificar, *não é uma espécie de entidade, mas um processo, o processo da vida social. A unidade de investigação é a vida social de alguma região determinada da terra, durante certo período de tempo* (1973:12,13). Nesse sentido, Radcliffe-Brown entende que o processo consiste em um grande montante de ações e interações de seres humanos. Estas ações e interações podem ser esta-

belecidas através de indivíduos combinados ou em grupos. Há um tanto de diversidade, mas, no meio dela, algumas regularidades que permitem demonstrar os aspectos gerais da vida social de determinada região.

Estes aspectos gerais, apontados pelo autor, que são significativos para o processo da vida social, formarão aquilo que ele chama de **forma de vida social**. E aí se chega ao que Radcliffe-Brown concebe como Antropologia Social, isto é, o **estudo teórico comparado das formas de vida social dos povos primitivos**.

Radcliffe-Brown define como objetos de estudo da Antropologia Social a estrutura e o funcionamento da sociedade. Por que isso? Porque, para ele, a antropologia se ocupa de fatos concretos e de fatos observáveis. A cultura passaria ao largo, porque este conceito denota uma abstração e isso escapa de sua concepção de alcance da Antropologia Social. Esta ciência, portanto, não trataria das relações sociais, mas da rede de relações que existe na sociedade, qual seja, a estrutura.

Na próxima aula, prosseguiremos avançando nos conceitos de Radcliffe-Brown, especialmente os de estrutura e função, que serão basilares para nossa sequência de estudos.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

MELATTI, Júlio Cezar (org.). **Radcliffe-Brown**: Antropologia. São Paulo: Ática, 1978.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

2. RADCLIFFE-BROWN E OS CONCEITOS DE ESTRUTURA E FUNÇÃO

Radcliffe-Brown é considerado um funcionalista que está preocupado com as estruturas sociais. Seu funcionalismo privilegia o estudo empírico dos fatos sociais e apreende-os como uma totalidade ordenada passível de um tratamento científico. Ele se preocupa em explicar um fenômeno social pela totalidade na qual se inscreve e na qual se postula de uma ou várias funções, assim como na relação com cada um dos elementos do conjunto.

Função

O autor entende que a função social denota os efeitos de uma instituição enquanto concernente à sociedade e sua solidariedade ou coesão. Radcliffe-Brown diz que *"a função de qualquer atividade é a contribuição que faz para a manutenção da continuidade estrutural (totalidade)"*.

Essa totalidade é a sociedade que ele define como um sistema social amplo com limites nem sempre definidos, traçados arbitrariamente pelo pesquisador. Para Radcliffe-Brown a função contribui para a organização e ação de um conjunto, mas reconhece mutações e equivalentes funcionais.

O conceito de **função** (da instituição- família, religião, etc.) vem a complementar o esquema teórico, pois faz a ligação entre **processo** e **estrutura**. Na analogia com o corpo humano, por exemplo, a vida caracteriza um processo constante para a manutenção do organismo, que por sua vez possui uma estrutura composta de ossos, tecidos, fluídos e sangue.

A **função** estabelece a relação entre processo vital e estrutura orgânica. Assim, o coração tem a **função** de bombear o sangue. Desse modo, tanto Radcliffe-Brown quanto Malinowski postulavam que se as instituições e organizações sociais não tivessem uma função iriam desaparecer e a sociedade se transformaria em outra diferente, onde outras instituições teriam outras funções. A sociedade não morreria no mesmo sentido que o organismo, caso o coração não funcione. O autor se utiliza de outros exemplos. Ele traça o seguinte caminho para o estudo dos ritos: para explicar um rito é preciso identificar os sentimentos que expressa para depois identificar sua função social. Para encontrar o significado dos mitos e ritos ele propõe como método as seguintes regras:

1. Levar em consideração as explicações oferecidas pelos nativos. O significado deve explicar não apenas o costume, mas as razões que os nativos dão para segui-lo.
2. Quando um mesmo costume é praticado em diferentes ocasiões tem o mesmo significado em todas elas.
3. Quando diferentes costumes são praticados numa mesma ocasião há um elemento comum a todos eles.
4. Evitar comparações de costumes entre povos diferentes.

ESTRUTURA SOCIAL

Sua proximidade com o mundo os mitos e ritos o levou a, em 1939, propor um novo método para interpretar os ritos, pois os costumes cerimoniais formam um sistema conexo que só pode ser compreendido como um todo e nas relações que estabelecem entre si. Para Radcliffe-Brown, *"todas as instituições de uma sociedade ou tipo social são estudadas juntas, de modo a exibir suas relações íntimas como partes de um sistema orgânico."* Estavam sendo dadas as bases de um conceito muito trabalhado por ele, o conceito de estrutura social.

Radcliffe-Brown se dedicou ao estudo de instituições sociais, dentre elas o parentesco e o totemismo, que constituíam temas de

seu agrado. De acordo com ele, o totemismo envolve um problema muito amplo que é a relação entre homem e natureza e, para compreendê-lo, é preciso desenvolver uma teoria geral da função social do ritual e do mito.

Perguntava-se sempre: *Por que povos primitivos adotam em seus costumes uma atitude ritual para com animais e outras espécies naturais? Por que esta espécie oposta aquela?* Totemismo sempre envolve proibições e prescrições. Nos mitos e ritos, animais são expostos em termos de solidariedade e litígio, formando uma união de opostos. A razão da associação de determinadas espécies a segmentos sociais não está nas características de cada espécie e sim na relação das espécies entre si, estabelecendo certa continuidade, certa estrutura.

Outra instituição estudada por Radcliffe-Brown foi o sistema de parentesco que ilustra melhor sua preocupação com uma busca de princípios gerais: as estruturas. Nos sistemas de parentesco, ele sai de um pensamento circular e considera que todas as variantes presentes no sistema são diferentes aplicações do princípio de equivalência de irmãos e irmãs.

Radcliffe-Brown define estrutura como a disposição ordenada das partes ou elementos que compõe um todo. Os elementos são pessoas e grupos em relação de acordo com seus respectivos lugares. **Estrutura Social: é a rede de tipos de relações sociais de uma sociedade.** Outra definição de estrutura social proposta pelo autor é a seguinte:

"Estrutura é um arranjo persistente de pessoas em relações difundidas ou controladas por instituições normas ou padrões de comportamento socialmente estabelecidos" In: Kaplan e Manners. Teoria da cultura. RJ. Zahar ed. 1975: 155

A estrutura social funciona como um elemento agregador de sistemas. Podemos citar como exemplos de sistemas o parentesco, a religião, a política, entre tantos outros. Estes sistemas agregados colocam em evidência uma verdadeira rede de relações sociais. No entanto, é bem importante destacar que esta rede de relações sociais é diferente do sistema de tarefas, quando pensamos em uma organização social mais geral.

Radcliffe-Brown, a partir desta perspectiva, propôs, inclusive, uma distinção entre dois ramos da antropologia: A Etnologia e a Antropologia social. Seria um aprofundamento de suas reflexões acerca de função e estrutura. Para ele, a Etnologia deveria se preocupar com o estudo histórico da cultura. Nesse mesmo sentido, a Antropologia deveria se preocupar em alcançar leis gerais sempre partindo dos estudos empíricos, fatos e dados do trabalho de campo orientado pelos métodos lógicos das ciências naturais.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

LABURTHE-TOLRA, Philip. **Etnologia Antropologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MELLATTI, Julio César. **Radcliffe-Brown**. Rio de Janeiro: Ática, 1978.

MELLO, Luiz G. **Antropologia Cultural**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986

RIVIÉRE, Claude. **Introdução à Antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1995

RADLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

3. EVANS–PRITCHARD E AS TRIBOS AFRICANAS

Evans–Pritchard foi um antropólogo da Inglaterra que nasceu em 1902, na cidade de Crowborough. Estudou Malinowski e abandonou os princípios do funcionalismo. Depois disso, concentrou-se no estudo da racionalidade da cultura subjetiva.

Evans-Pritchard entendia que a etnografia era fundamental para a Antropologia Social. Ele fez muitas viagens, como trabalho de campo na África desde o ano de 1926. Estas expedições resultaram em vasto material etnográfico, sobretudo, a partir de observações participantes entre as tribos Azande e Nuer (do Sudão).

Seu livro mais importante é *Os Nuer (1939)*. Ainda hoje, trata-se de um dos mais influentes estudos da Antropologia Social. Evans–Pritchard discute, pela primeira vez, questões relevantes no que tange a organização e funcionamento das sociedades africanas estudadas, desde o ponto de vista do nativo, isto é, segundo os dados recolhidos em campo.

Evans–Pritchard, além de um pesquisador notável, foi um professor muito destacado. Dirigiu a Escola de Antropologia Social de Oxford, sucedendo Radcliffe-Brown. Dirigiu e presidiu importantes organizações internacionais de Antropologia e tornou-se um dos antropólogos mais influentes do mundo na sua época. Em 1971, foi armado Cavaleiro da Coroa Britânica e faleceu em Oxford no ano de 1973.

SOBRE OS NUER

Os Nuer traçam sua descendência a partir de um ancestral comum, nos clãs, entre os quais está proibido o matrimônio e cujas eventuais relações sexuais são consideradas incestuosas. É uma estrutura genealógica altamente segmentada. As linhagens originam-se de poucos nomes, muito embora cada homem – em teoria – possa ser o funda-

dor de sua linhagem. O sistema de linhagens é o arcabouço conceitual sobre o qual é formado o sistema de valores que liga por sua vez a tribo e dá também a linguagem com a qual se expressam relações.

As linhagens são cada um desses segmentos genealógicos referidos acima. O relacionamento entre membros de uma linhagem pode ser colocado em termos genealógicos com exatidão e pode-se traçar o relacionamento de um membro de uma linhagem com o de outra do mesmo clã, pois há relação genealógica de uma e outra. O clã todo é uma linhagem, mas o termo fica reservado aos segmentos do clã e fica definido como o sistema (genealógico) de linhagens ou grupos.

Distingue-se formalmente o sistema de linhagens de um sistema de parentesco. O sistema de parentesco é um sistema de categorias de relacionamento entre pessoas. Estes relacionamentos são referidos como os parentes paternos e os parentes maternos de um homem e a ambos em conjunto como a sua parentela consanguínea.

Os grupos políticos e de linhagens não são idênticos, mas possuem certa correspondência e com frequência têm o mesmo nome, uma vez que é comum uma área tribal e suas divisões terem o nome dos clãs e linhagens que supostamente foram as primeiras a ocupá-la.

O valor das linhagens só atua dentro do campo restrito do cerimonial e, portanto, apenas ocasionalmente se constitui num determinante do comportamento. Valores comunitários são aqueles que constantemente dirigem o comportamento e atuam num conjunto de situações sociais diferentes do dos valores da linhagem.

SOBRE OS SISTEMAS POLÍTICOS AFRICANOS

Segundo Evans-Pritchard, os sistemas políticos africanos são de dois tipos: sociedades com ou sem governo. O papel do sistema de linhagens na estrutura política é uma diferença existente entre estes dois grupos. Nas sociedades com governo, é a organização administrativa que regula as relações políticas entre os segmentos territoriais, enquanto que nas sociedades sem governo é o sistema de linhagens.

É importante distinguir sistema de parentesco (isto é, o conjunto de relações que unem o indivíduo com outras pessoas e unidades sociais concretas) e o sistema de linhagens (isto é, um sistema segmentário de grupos permanentes baseados em filiação unilateral) Salientamos que apenas o sistema de linhagens estabelece unidades corporativas com funções políticas.

Para Evans-Pritchard, nas sociedades africanas, o cargo político não leva consigo privilégios econômicos, mas pode acontecer que possuir mais riquezas que o normal seja um critério das qualidades ou *status* requisitados para a liderança política.

Um sistema político africano que seja relativamente estável apresenta um equilíbrio entre tendências conflitivas e entre interesses divergentes. O governo de um estado africano nos parece

como um equilíbrio entre poder e autoridade por um lado e obrigações e responsabilidades por outro. A estrutura de um estado africano pressupõe que os reis e chefes governem com o consentimento de seus súditos. Estes são conscientes de seus deveres e também dos deveres do rei.

Assim, Evans-Pritchard vê que os membros das sociedades africanas sentem sua unidade e percebem seus interesses comuns nos símbolos e é precisamente sua vinculação a estes símbolos que é representativa da unidade e da exclusividade dos grupos que os respeitam.

Os interesses materiais que motivam os indivíduos e os grupos nas sociedades africanas atuam no marco de normas morais e legais interconectadas, cuja ordem e estabilidade é mantida pela organização política. Os africanos pensam seus sistemas sociais em função dos valores que refletem nas doutrinas e nos símbolos, mas que não explicam as forças que controlam realmente seu comportamento social.

Os valores mais destacados são os místicos encenados nas grandes cerimônias públicas e que estão entrelaçados com suas instituições políticas. Estes valores representam o conjunto interconectado de direitos, deveres e sentimentos.

Por fim, Evans-Pritchard entende que os laços de interesse puramente utilitários que existem entre indivíduos e entre grupos não são tão fortes quanto os laços que provêm de uma vinculação comum a símbolos místicos e, segundo ele, é justamente a maior solidariedade gerada por estes laços o que permite aos grupos políticos a dominação de grupos políticos de outro tipo.

REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES DE LEITURA

EVANS-PRITCHARD, E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FORTES, M. & EVANS-PRITCHARD, E. E. (org.) **Sistemas políticos africanos**. Inglaterra: Universidade de Oxford, 1975.

4. AVALIAÇÃO FINAL

Questões a serem entregues no final da primeira unidade. Valor 10,0.

1. Apresente uma definição de Antropologia Social.
2. A partir do conceito de cultura, problematize as ideias de “eu” e “outro”.
3. Defina evolucionismo na Antropologia e relacione este conceito com os trabalhos de, pelo menos, dois autores estudados.
4. O que foram as teorias racialistas?

Avaliação final e presencial (valor 10,0)

1. Quais foram as principais contribuições de Émile Durkheim e Marcel Mauss para o estudo da Antropologia?
2. Apresente os principais aspectos da obra de Malinowski e sua influência na Antropologia.
3. Quais são as vantagens e os limites do método etnográfico?
4. Defina os conceitos de sistema, função e estrutura para Radcliffe-Brown?
5. Quais são os elementos centrais da obra de Evans-Pritchard?